

PACTO POR UMA CIDADE TRANSPARENTE E ÍNTEGRA

Caras cidadãs e caros cidadãos,

Considerando que:

a) a corrupção é um dos principais entraves ao desenvolvimento do Brasil e, na luta para combatê-la, os mecanismos de participação social e a transparência da administração pública configuram-se como eixos fundamentais;

b) a Lei Complementar nº 131/2009 obriga todos os municípios, estados, o Distrito Federal e a União a disponibilizarem, em tempo real, informações detalhadas sobre sua execução orçamentária e financeira, e a Lei Federal nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, consagra o direito de acesso a qualquer informação pública proveniente de cada um dos órgãos da administração pública direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das esferas federal, estadual, distrital e municipal;

c) a Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, representa um avanço no aprimoramento da relação público-privada e deve ser aplicada e regulamentada em âmbito municipal, com base no Decreto nº 8.420/2015.

d) o Brasil é integrante da Parceria para Governo Aberto, iniciativa internacional que tem o objetivo de assegurar compromissos concretos de governos nas áreas de promoção da transparência, luta contra a corrupção, participação social e fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias, de maneira a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis, e, nessa condição, nosso país se compromete a liderar pelo exemplo e a contribuir para o avanço de governos abertos;

Eu, _____, pré-candidato(a) pelo partido _____ a prefeito(a) da cidade _____, estado _____, firmo aqui os compromissos listados a seguir por uma administração pública mais transparente e íntegra, cujas ações e resultados serão publicamente divulgados todos os anos, que permanecerão válidos caso minha candidatura seja aprovada na convenção partidária.

- 1** Adotar os princípios da Lei de Acesso à Informação (publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção; a transparência ativa; utilização de tecnologia da informação; cultura da transparência na administração pública; desenvolvimento do controle social) e os compromissos da Parceria para Governo Aberto para a transparência e a prestação de contas à sociedade quanto ao orçamento e às decisões da administração pública durante o meu mandato;
- 2** Desenvolver e implantar ações que visem à melhoria da transparência municipal, tendo como referência os indicadores do Projeto Cidade Transparente, elaborado por um conjunto de organizações da sociedade civil, cuja metodologia e os itens avaliados são divulgados no site www.cidadetransparente.org.br;
- 3** Implementar a regulamentação da Lei de Acesso à Informação em meu município, tendo como parâmetros os itens a seguir: clareza nos critérios de classificação de informações como sigilosas; ausência de exigências que inviabilizem a solicitação de informações; responsabilidade do órgão acionado em responder à solicitação, ainda que a informação requerida esteja sob a guarda de outro órgão público; existência de mais de um canal para solicitação de informações (por exemplo, portais da internet, salas de atendimento ao cidadão, telefone etc.); e a criação de comissões específicas para avaliação e monitoramento da lei, julgamento de recursos e apoio ao cidadão;
- 4** Implantar em meu município as propostas discutidas e priorizadas pelo poder público, pela sociedade civil e pelos conselhos de políticas públicas durante a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial) e suas etapas preparatórias, cujos documentos estão disponíveis no link <http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/consocial>.
- 5** Implementar e garantir a regulamentação da Lei Anticorrupção, tomando como referência o decreto nº 8420/ 2015, considerando principalmente os parâmetros de aplicação da multa, a exigência de programas de integridade pelas empresas como atenuantes. Além disso, definir órgão competente para a instauração e julgamento do processo administrativo, como controladorias gerais, bem como as regras para a celebração de acordos de leniência.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

E-mail: _____

Nome de candidatura: _____